



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 333299-4 – Comarca do Recife

Apelante: José Fernandes Araújo dos Santos e outros

Advogado: Adson Tenório Guedes

Apelado: Estado de Pernambuco e outro

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO). INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA EM RAZÃO DA MATÉRIA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 2º DA LEI N. 12.153/2009 E 2º DA RESOLUÇÃO N. 321/2011 - TJPE. DECLARADA A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL. APELO PROVIDO DE FORMA UNÂNIME.

1. No caso em apreço, pretendem os requerentes/apelantes a incorporação da gratificação de tempo de serviço aos seus vencimentos, no entanto, entendeu o magistrado *a quo*, em razão do valor da causa, que a competência para o julgamento da ação era do Juizado Especial da Fazenda Pública.

2. Observada a legislação pertinente, infere-se que, apesar do valor da causa determinar a competência dos Juizados Especiais, deve ser observada a competência daqueles órgãos em razão da matéria, que, no caso dos autos, está excluída pelo §2º, inciso V, do art. 2º da Resolução nº 321/2011 do TJPE.

3. Sentença anulada para o processo ter seu regular prosseguimento perante o juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital.

4. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao apelo.

188



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 333299-4, em sessão realizada no dia 29 de 05 2014, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife 29 de 05 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



1879

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 333299-4 – Comarca do Recife

Apelante: José Fernandes Araújo dos Santos e outros

Advogado: Adson Tenório Guedes

Apelado: Estado de Pernambuco e outro

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível em face de sentença proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0095546-80.2013.8.17.0001, a qual indeferiu a petição inicial com arrimo nos arts. 267, I, c/c 295, V, do CPC.

O apelante, em suas razões de fls. 158/164, aduz, em síntese, que a sentença de piso não observou a regra de competência em razão da matéria prevista no art. 2º, §2º, V, da Resolução 321/2011, merecendo ser reformada.

Sem contrarrazões.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça manifestou-se às fls. 178/180, opinando pelo conhecimento e provimento do apelo.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 21 de maio de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



189
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 333299-4 – Comarca do Recife

Apelante: José Fernandes Araújo dos Santos e outros

Advogado: Adson Tenório Guedes

Apelado: Estado de Pernambuco e outro

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

VOTO

No caso em apreço, pretendem os requerentes a reincorporação nos seus vencimentos da Gratificação de Tempo de Serviço retirada de forma supostamente indevida, no entanto, entendeu o magistrado *a quo*, em razão do valor da causa, que a competência para o julgamento da ação seria do Juizado Especial da Fazenda Pública.

A fim de dirimir qualquer dúvida, passo a transcrever a legislação pertinente ao caso:

Lei Federal nº 12.153/2009:

Art.2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

§1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

II – as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;

III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

§2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no caput deste artigo.

§4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Resolução nº 321/2011 TJPE:

Art. 2º- A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, observado o disposto no art. art. 190-A, do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar Estadual nº 100, de 21 de novembro de 2007, com a redação determinada pela Lei Complementar Estadual nº 163, de 17 de dezembro de 2010), atendendo a necessidade da organização dos serviços judiciais e administrativos, fica limitada, por 5 (cinco) anos, a contar da entrada em vigor da Lei Federal nº 12.153/2009 , de 22 de dezembro de 2009, às causas no valor de até 60 (sessenta) salários mínimos relativas às seguintes matérias:

I - multas e outras penalidades decorrentes de infrações de trânsito;

II - transferência de propriedade de veículos automotores terrestres;

III - imposto sobre serviços de qualquer natureza;

IV - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias;

V - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;

VI - ações previdenciárias;

VII - ações indenizatórias.

VIII - fornecimento de medicamentos e outros insumos de saúde, realização de exames, cirurgias, internações e transporte de pacientes.

§1º- Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no caput deste artigo.

§2º- Não se incluem na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública:

I - as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

II - as causas sobre bens imóveis dos Estados e Municípios, autarquias e fundações públicas e eles vinculados;

III - as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares;

IV - as causas sobre licitações e contratos administrativos àquelas vinculados;

V - as causas que tenham por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos civis e militares do Estado e Municípios, inclusive de suas autarquias, fundações e empresas públicas.

Art. 3º- No foro onde estiver instalado o Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta. (destaquei)

Da simples leitura dos comandos legais acima transcritos infere-se que, apesar do valor da causa determinar a competência dos Juizados Especiais, deve ser observada a competência daqueles órgãos em razão da matéria, que, no caso dos autos, está excluída pelo §2º, inciso V, do art. 2º da Resolução nº 321/2011 do TJPE.

Dessa forma, declaro a competência do Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital para o processamento e julgamento do feito.

Neste diapasão, colaciono precedentes jurisprudenciais desta Corte Estadual de Justiça, conforme ementas abaixo transcritas:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VALOR DA CAUSA. APLICAÇÃO DOS ART. 259 E 260, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1.Os agravados pleiteiam, na ação originária, percepção de soldo correspondente à remuneração do posto militar imediatamente superior, cujo valor será somente auferido na liquidação da sentença, de maneira que impossível à aplicação do disposto nos art. 259 e 260, do CPC. 2.Diante da impossibilidade de determinação imediata do valor exato do conteúdo econômico do pedido, segue-se a atribuição estimada fixada pelos agravados, nos termos do art. 258 do CPC. 3.Agravo de instrumento unanimemente improvido. (Agravo de Instrumento nº 238731-5, Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Julgamento: 07/07/2011)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PRETERIÇÃO NA ORDEM DE CONVOCAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DE POLÍCIA CIVIL. VALOR DA CAUSA ABAIXO DE 60 (SESSENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. CONSONÂNCIA COM O ART. 2º DA LEI N. 12.153/2009 (LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA). RESOLUÇÃO N. 321/2011 - TJPE. LIMITAÇÃO DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS FAZENDÁRIOS, PELO LAPSO DE 5 (CINCO) ANOS, CONTADOS DA VIGÊNCIA DO ATO NORMATIVO INTERNO. PREVISÃO DO ART. 23 DA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS ATÉ 18.12.2016. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO E PROVIDO EM ORDEM A DECLARAR COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL. PRECEDENTES CITADOS. 1. Segundo o entendimento encartado pela Corte Superior de Uniformização Infraconstitucional, a quem cabe fixar a interpretação do Código de Processo Civil pacificando a jurisprudência revolta, observado o valor de alçada da lei de regência, não há óbice a que

192



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

tramitem, no Juizado Especial da Fazenda Pública, ações que tenham como pano de fundo matéria relativa a concurso público. Precedentes: STJ - REsp. n. 1205956/SC, rel. Min. Castro Meira, j. 23/11/2010. DJe 01/12/2010. Ainda assim: TJSC - Processo: CC 834955 SC 2011.083495-5. Relator(a): Vanderlei Romer. Julgamento: 07/02/2012. Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público. 2. Todavia, a lei n. 12.153/2009 criou a possibilidade de o Tribunal de Justiça limitar a competência dos Juizados Especiais pelo prazo de 5 (cinco) anos, cf. art. 23 da Lei n. 12.153/2009. Foi neste esqueque que esta c. Corte de Justiça Estadual editou a Resolução n. 321/2011. Com a vigência do referido ato normativo interno, a competência dos Juizados Especiais Fazendários restou limitada pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados, por obvio, da publicação da Resolução n. 321/2011 deste e. Sodalício, que ocorreu em 20.12.2011. 3. Nesta toada, a competência para julgamento do caso em liça pertence ao Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que deverá apreciar e julgar o feito, tendo em vista que este c. TJPE limitou, pelo lapso de 5 (cinco) anos, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, na forma do art. 2º, § 2º, da Resolução n. 321/2011 - TJPE. 4. Todavia, firmou-se o entendimento de que, a partir de 19.12.2016, as demandas que envolvam concursos públicos, cujo valor da causa não supere 60 (sessenta) salários mínimos, deverão ser propostas perante os Juizados Especiais da Fazenda, cf. inteligência dos precedentes citados, ex vi art. 2º, caput, da Lei n. 12.153/2009. 5. Por fim, registrou-se que, exaurido o referido prazo, em respeito ao Princípio do Juiz Natural, as demandas propostas nas Varas Fazendárias, até 18.12.2016, deverão ali permanecer e serem julgadas. 4. Conflito negativo julgado procedente de sorte a declarar a competência da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital - PE. (Conflito de competência nº 288059-3, Des. Jorge Américo Pereira de Lira, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Julgamento: 11/12/2012)

Posto isso, dou provimento ao presente recurso, anulando-se a sentença *a quo*, a fim de proceder com a citação da parte ré, abrindo-se o contraditório e novo julgamento.

Tão logo este pronunciamento esteja acobertado pelo manto da coisa julgada, remetam-se os autos ao Juízo de origem para o seu regular processamento.

É como voto

Recife, 29 de 06 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator